

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### **direito penal tributário - das possíveis inconstitucionalidades na junção do direito penal ao direito tributário**

#### **Autor(res)**

Narda Roberta Da Silva

Anne Karoline Rodrigues De Misquita

#### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

#### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA

#### **Introdução**

A lei 8.137 de 27 de dezembro de 1990, reformulou os crimes contra ordem tributaria, econômica e contra as relações de consumo, alterando assim suas punibilidades, deixando-as mais severas, com punição de 2 á 5 anos de reclusão. Usando então uma ação penal para solucionar e/ou punir um crime que ocorre na esfera tributaria. Em contra partida algumas medidas são consideradas extrapolantes diante de muitos autores. Por se tratar de um crime que deveria ser tratado em primeira rário e é então julgado em Ultima ratio, sendo assim a prisão tem sido aplicada como recurso imediato. A jurisprudência tem adotado a posição de que o adimplemento do tributo, seja por meio do pagamento integral ou da adesão a um parcelamento tributário, uma forma de suspender temporariamente a exigibilidade do crédito tributário, é suficiente, desde que todas as parcelas acordadas pelo contribuinte sejam devidamente cumpridas.

#### **Objetivo**

Os objetivos do presente trabalho se pauta no estudo e aplicação das leis relacionados a crimes contra a Ordem Tributária e o Código Penal, a ordem social e econômica, e a arrecadação adequada de tributos, buscando garantindo a equidade fiscal e o cumprimento das obrigações tributárias. prevenir a evasão fiscal; Garantir a aplicação efetiva das leis.

#### **Material e Métodos**

Para tal, a pesquisa baseou-se em estudos de autores, como por exemplo o Autor Aleandro Pinto que trata especificamente em seu livro o Direito Penal Tributario, dos crimes contra ordem tributaria, que trata especificamente dos crimes cometidos as taxações e inconstitucionalidades dentro de decisões do STF. Bem como, o entendimento de doutrinadores do direito penal economico como Luiz Regis Prado ,e o entendimento de doutrinadores do direito penal, como por exemplo, Cezar Roberto Bitencourt, assim como o Rogerio Greco entre outros nomes .

#### **Resultados e Discussão**

Nesta pesquisa procurou-se discorrer sobre o que consiste, em particular, a Lei n. 8.137, possui, entre outras características, a definição dos tópicos que são o parâmetro legal, para identificar no que consiste os crimes contra

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



a ordem tributária. com embasamento em célebres e respeitados autores, onde optou-se por citar o renomado tributarista Hugo de Brito Machado. Buscou-se focalizar o Direito Tributário, e enfatizando, ao longo das pesquisas, no que se refere ao Direito Penal Econômico, que conduziu, vale ressaltar, a tratar das diferenças neste âmbito, das distinções entre Direito Penal e Direito Penal Tributário. No decorrer do trabalho, foram feitas considerações sobre o Direito Penal, especialmente, às conceituações inerentes à questão que trata da extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo ou contribuição social devidos, encontrando na doutrina, que não há um momento adequado para que esse pagamento alcance tal benefício, podendo ser realizado a qualquer tempo.

### Conclusão

Em resposta ao tema problema proposto, por mais que se tenha opiniões divergentes, não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que se trata de meros argumentos, sendo assim, deve-se analisar o caso concreto. Entende-se que uma importante mudança no aos crimes tributários seria que tais infrações fossem julgadas por tribunais administrativos. Percebe-se também que, infelizmente, a criminalização dos ilícitos tributários é a verdadeira banalização do direito penal

### Referências

ALMEIDA, Edson Sebastião  
AZEVEDO, Álvaro Villaça.  
ALEXANDRE, Ricardo.  
BAER, Werner.; KERSTENETZKY, Isaac.; VILLELA, Aníbal V..  
BRASIL. Lei nº 10.684 ,de 30 de maio de 2003  
BRASIL. Lei nº 8137, de 27 de dezembro de 1990.  
BRASIL. [Constituição (1988)].  
BRASIL. Tribunal Regional Federal.  
BRASIL. Código Tributário Nacional.  
BRASIL, Supremo Tribunal Federal.  
BITENCOURT. Cezar Roberto.  
BARROS, Luíz Celso.  
CLAUDIO, Heleno Fragoso  
COSTA, Vlamir Magalhaes.  
CORREIA, Antônio.  
FRAGOSO, Heleno Cláudio.  
MACHADO, Hugo de Brito.  
MAGALHÃES, Vlamir Costa,  
PINTO, Aleandro.  
TEIXEIRA, Paulo Ivan de Oliveira